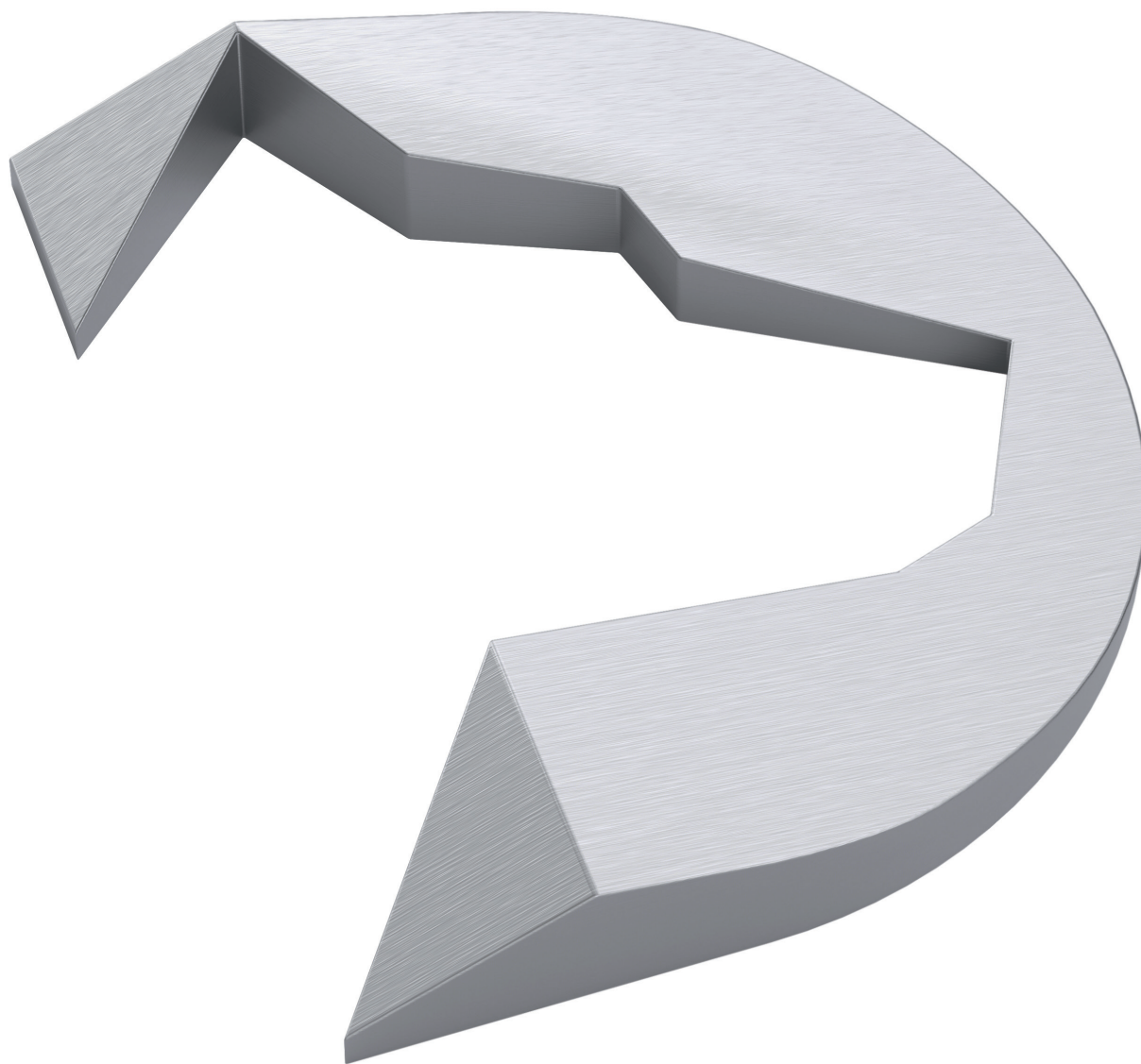


FIDELIDADE

EMPRESAS



SEGURO DE MÁQUINAS CASCO

CONDIÇÕES GERAIS - 002

ÍNDICE**CONDIÇÕES GERAIS**

.03	Artigo 1º	Definições
.03	Artigo 2º	Objeto do Contrato
.03	Artigo 3º	Âmbito da Garantia
.03	Artigo 4º	Exclusões
.04	Artigo 5º	Âmbito Territorial
.04	Artigo 6º	Início e Duração do Contrato
.04	Artigo 7º	Resolução do Contrato
.04	Artigo 8º	Declaração Inicial do Risco
.05	Artigo 9º	Transmissão de Direitos
.05	Artigo 10º	Seguro de Bens em Usufruto
.05	Artigo 11º	Coexistência de Contratos
.05	Artigo 12º	Pagamento do Prémio
.05	Artigo 13º	Estorno do Prémio
.05	Artigo 14º	Alteração do Prémio
.05	Artigo 15º	Agravamento do Risco
.05	Artigo 16º	Obrigações do Segurador
.06	Artigo 17º	Obrigações do Segurado
.06	Artigo 18º	Inspeção do Risco
.06	Artigo 19º	Capital Seguro
.06	Artigo 20º	Insuficiência ou Excesso de Capital
.06	Artigo 21º	Redução Automática do Capital Seguro
.06	Artigo 22º	Determinação do Valor da Indemnização
.06	Artigo 23º	Forma de Pagamento da Indemnização
.07	Artigo 24º	Franquia
.07	Artigo 25º	Pagamento da Indemnização a Credores
.07	Artigo 26º	Sub-Rogação
.07	Artigo 27º	Comunicações e Notificações Entre as Partes
.07	Artigo 28º	Lei Aplicável
.07	Artigo 29º	Arbitragem e Foro Competente

CONDIÇÕES ESPECIAIS

.08	C.E. 001	Fenómenos Sísmicos
.08	C.E. 002	Transporte Terrestre
.08	C.E. 003	Despesas Adicionais por Trabalho Extraordinário
.08	C.E. 004	Despesas Adicionais por Fretes Especiais
.08	C.E. 005	Greves, Tumultos e Alterações da Ordem Pública
.09	C.E. 006	Atos de Vandalismo
.09	C.E. 007	Laboração de Máquinas Instaladas em Plataformas Flutuantes ou Embarcações
.09	C.E. 008	Laboração de Máquinas Instaladas em Galerias, Obras Subterrâneas ou Escavação de Túneis
.09	C.E. 009	Despesas com Remoção de Destroços
.09	C.E. 010	Responsabilidade Civil Laboração
.10	C.E. 011	Atualização Convencionada de Capitais

ARTIGO PRELIMINAR

Entre a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., adiante designada por Segurador, e o Tomador do Seguro identificado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Máquinas Casco, que se regula pelas Condições Particulares, Condições Especiais e Condições Gerais desta apólice, de harmonia com as declarações constantes da proposta que lhe serviu de base e que dela faz parte integrante.

ARTIGO 1º
DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Segurador: A Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro de Máquinas Casco e que subscreve o presente contrato.

Tomador do Seguro: A pessoa, singular ou coletiva, que contrata com o Segurador, sendo responsável pelo pagamento dos prémios.

Segurado: A pessoa ou entidade no interesse da qual o contrato é celebrado e que se encontra identificada nas Condições Particulares.

Terceiro: Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra uma lesão que origine danos, suscetíveis de nos termos da lei civil e desta apólice serem reparados ou indemnizados.

Lesão corporal: Ofensa que afete a saúde física ou mental causando um dano.

Lesão material: Ofensa que afete qualquer coisa móvel, imóvel ou animal, causando um dano.

Sinistro: O acontecimento de carácter fortuito, súbito e independente da vontade do Segurado, suscetível de fazer funcionar as garantias do contrato.

Valor de Substituição: O valor que seria necessário para, imediatamente antes do sinistro, substituir o bem seguro danificado ou destruído por um bem novo da mesma marca, tipo e modelo, acrescido dos custos de transporte, montagem, impostos (exceto o Imposto Sobre o Valor Acrescentado quando este for dedutível pelo Segurado) e despesas alfandegárias.

Caso não exista disponível no mercado um bem com as mesmas características, tipo e modelo do bem seguro, considerar-se-á o valor de compra de um bem substituto, tão idêntico quanto possível ao bem seguro. Para a determinação do Valor de Substituição não são considerados quaisquer descontos ou preços reduzidos que o Segurado tenha obtido ou venha a obter, mas apenas o valor corrente no mercado em condições normais de compra.

Valor Atual do Bem: O Valor de Substituição deduzido da correspondente desvalorização pelo uso.

Franquia: Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontra estipulado nas Condições Particulares.

ARTIGO 2º
OBJETO DO CONTRATO

1. O presente contrato de seguro de Máquinas Casco garante a cobertura de danos materiais sofridos pelos bens seguros em consequência de sinistro não excluído das Condições da apólice.
2. Facultativamente, o presente contrato pode ainda garantir a cobertura dos seguintes riscos:
 - a) Fenómenos Sísmicos;
 - b) Transporte Terrestre;
 - c) Despesas Adicionais por Trabalho Extraordinário;
 - d) Despesas Adicionais por Fretes Especiais;
 - e) Greves, Tumultos e Alterações da Ordem Pública;
 - f) Atos de Vandalismo;
 - g) Laboração de Máquinas Instaladas em Plataformas Flutuantes ou Embarcações;
 - h) Laboração de Máquinas Instaladas em Galerias, Obras Subterrâneas ou Escavação de Túneis;
 - i) Despesas com Remoção de Destroços;
 - j) Responsabilidade Civil Laboração.

3. As coberturas efetivamente contratadas pelo Tomador do Seguro constam das Condições Particulares.

ARTIGO 3º
ÂMBITO DA GARANTIA

O presente contrato de seguro abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o ressarcimento do Segurado por danos materiais sofridos pelos bens seguros nas condições previstas no Artigo anterior, quer estes bens estejam ou não em funcionamento, durante a sua transferência ou mudança de posição no local de risco, bem como quando estejam a ser montados ou desmontados, desde que seja necessária a sua reparação ou substituição, mesmo que parcial, para que o Segurado possa retomar a normal laboração.

ARTIGO 4º
EXCLUSÕES

1. O presente contrato nunca garante as perdas ou danos que derivem, direta ou indiretamente, de:
 - a) Guerra, declarada ou não, invasão, ato de inimigo estrangeiro, hostilidades ou operações bélicas, guerra civil, insurreição, rebelião ou revolução, bem como os causados acidentalmente por engenhos explosivos ou incendiários;
 - b) Confiscação, requisição, destruição ou danos produzidos nos bens seguros, por ordem do Governo, de direito ou de facto, ou de qualquer autoridade instituída;
 - c) Atos de sabotagem e terrorismo, como tal considerados pela legislação penal portuguesa vigente;
 - d) Utilização de mísseis;
 - e) Explosão, libertação de calor e irradiações provenientes de cisão de átomos ou radioatividade e ainda os decorrentes de radiações provocadas pela aceleração artificial de partículas, bem como os resultantes de exposição a campos magnéticos;
 - f) Operações, atividades ou manuseamento de amianto, chumbo ou derivados destes produtos;
 - g) Danos ao ambiente (poluição ou contaminação do solo, atmosfera e águas) e, duma forma geral qualquer tipo de perdas ou danos, direta ou indiretamente, decorrentes de poluição e/ou contaminação, incluindo a bens do próprio Segurado, mesmo que resultantes de um sinistro indemnizável ao abrigo da Apólice. Ficam igualmente excluídos todos e quaisquer custos de limpeza, de remoção de materiais e de descontaminação de qualquer tipo de bens;
 - h) Extravio, furto ou roubo dos bens seguros, quando praticados durante ou na sequência de qualquer sinistro decorrente de outros riscos cobertos pela apólice;
 - i) Atos ou omissões dolosos do Tomador do Seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;
 - j) Atos ou omissões do Tomador do Seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis, quando praticados sob o uso de estupefacientes fora de prescrição médica, em estado de embriaguez ou quando for detetado um grau de alcoolemia superior a 0,5 gramas de álcool por litro de sangue;
 - k) Defeitos ou avarias internas dos objetos seguros, quer sejam de origem mecânica, elétrica e/ou eletrónica, falhas, roturas ou desarranjos, congelação do meio refrigerante ou de outros líquidos, lubrificações deficientes ou falta de óleo ou de meios refrigerantes. Quando em consequência do anteriormente mencionado se originar um sinistro coberto pela apólice, os danos externos nos objetos seguros por ele causados serão indemnizáveis;
 - l) Desgaste natural, deterioração ou deformação devidos a excesso de uso, oxidação, corrosão, deterioração devida a paralisação, efeitos climáticos, ferrugem ou incrustação e riscos em superfícies polidas ou pintadas;

- m) Sobrecargas intencionais, ensaios ou quaisquer experiências a que sejam submetidos os bens seguros, bem como utilização para fins diferentes dos previstos ou daqueles para que foram construídos;
- n) Utilização do bem seguro para além da sua capacidade normal, nomeadamente no que respeita a diagramas de carga e/ou limitações de capacidade recomendadas pelo fabricante ou montador do bem;
- o) Não funcionamento dos sistemas de limitação de carga e/ou potência, instrumentos de proteção, medida e/ou regulação, por motivo de os mesmos se encontrarem desativados;
- p) Desenvolvimento lento de deformações, distorções, fendas, fraturas, bolhas, laminações, fissuras, ranhuras ou retificação de juntas ou outras uniões defeituosas, desde que não tenham resultado diretamente de qualquer dos riscos cobertos pela presente apólice;
- q) Perdas ou danos resultantes de erros ou vírus que afetam dados, informações, registos, programas informáticos e "software", bem como da corrupção, alteração ou destruição dos mesmos;
- r) Perdas ou danos resultantes de deterioração ou desgaste do equipamento informático/"hardware", que impossibilite o acesso a dados, informações e registos ou o normal funcionamento de programas informáticos e "software";
- s) Reclamações que originem pagamentos ou compensações de qualquer espécie que possam expor o Segurador a qualquer sanção, proibição ou restrição ao abrigo de resoluções das Nações Unidas, ou sanções comerciais ou económicas, leis ou regulamentos da União Europeia.
2. As exclusões previstas na alínea k) do anterior número 1., não abrangem outros bens seguros que sofram danos em consequência dos factos mencionados naquela alínea.
3. O presente contrato também nunca garante:
- a) Perdas ou danos pelos quais os fabricantes ou fornecedores sejam legal ou contratualmente responsáveis;
- b) Prejuízos detetados ao efetuar revisões periódicas ou ocasionais ou ao proceder à inventariação dos bens seguros;
- c) Danos sofridos pelos bens seguros em consequência de sinistro ocorrido quando estes se encontrem em circulação na via pública;
- d) Danos não patrimoniais;
- e) Prejuízos verificados em peças, ferramentas ou acessórios permutáveis ou ainda em partes que, pelo seu uso, natureza ou modo de funcionamento, sofram elevada taxa de desgaste ou depreciação, tais como bandas e correias de transmissão, correntes e cabos de aço, telas transportadoras ou elevadoras, brocas, bites, moldes, matrizes, cortantes, folhas de serra, molas, anilhas, órgãos destinados a moer, fraturar ou triturar, punções, filtros, peneiros, crivos, baterias, pneus, tubos flexíveis, material de embalagem, juntas e cabos que não sejam condutores elétricos;
- f) Prejuízos em combustíveis, lubrificantes, meios refrigerantes, substâncias de filtragem, produtos químicos de limpeza ou similares;
- g) Resultantes de falta de manutenção, ou manutenção deficiente ou inadequada;
- h) Danos resultantes da continuação em uso de qualquer bem seguro depois do mesmo ter sofrido danos indemnizáveis por este contrato, sem que tenha sido feita a sua reparação definitiva e garantido o seu normal funcionamento;
- i) Prejuízos sofridos nas fundações ou alicerces;
- j) Paralisação das máquinas, equipamentos ou instalações;
- l) Penalidades contratuais ou extracontratuais, não cumprimento de prazos e quaisquer multas aplicadas ao Tomador do Seguro e/ou Segurado, assim como qualquer prejuízo indireto, ainda que consequência de um acidente coberto pela Apólice, designadamente privação de uso, suspensão ou paralisação do trabalho, incumprimento ou rescisão de contratos;
- m) Lucros cessantes, perdas de exploração ou outras perdas consequenciais de qualquer natureza;
- n) Perdas e danos causados por quaisquer factos que estejam previstos no âmbito de cobertura das seguintes Condições Especiais, salvo quando estas tenham sido expressamente contratadas:
- 001 - Fenómenos Sísmicos;
- 002 - Transporte Terrestre;

- 003 - Despesas Adicionais por Trabalho Extraordinário;
- 004 - Despesas Adicionais por Fretes Especiais;
- 005 - Greves, Tumultos e Alterações da Ordem Pública;
- 006 - Atos de Vandalismo;
- 007 - Laboração de Máquinas Instaladas em Plataformas Flutuantes ou Embarcações;
- 008 - Laboração de Máquinas Instaladas em Galerias, Obras Subterrâneas ou Escavação de Túneis;
- 009 - Despesas com Remoção de Destroços;
- 010 - Responsabilidade Civil Laboração.

ARTIGO 5º

ÂMBITO TERRITORIAL

As garantias do presente contrato são válidas em caso de sinistro ocorrido em Portugal, salvo convenção em contrário constante das Condições Particulares.

ARTIGO 6º

INÍCIO E DURAÇÃO DO CONTRATO

1. O presente contrato produz os seus efeitos a partir das zero horas da data constante das Condições Particulares da apólice, desde que o prémio ou fração inicial seja pago.
2. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado ou por um ano a continuar pelos anos seguintes.
3. Quando o contrato for celebrado por um período de tempo determinado os seus efeitos cessam às 24 horas do último dia.
4. Quando o contrato for celebrado por um ano a continuar pelos seguintes, considera-se sucessivamente renovado por períodos anuais, exceto se qualquer das partes o denunciar, por escrito ou por qualquer outro meio do qual fique registo duradouro, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade, ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio da anuidade subsequente ou da primeira fração deste.
5. O Segurador comunicará, por escrito, a denúncia do contrato ao credor hipotecário identificado nas Condições Particulares, com 15 dias de antecedência em relação ao termo da anuidade.

ARTIGO 7º

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido por qualquer das partes, a todo o tempo, havendo justa causa, nos termos gerais.
2. A resolução do contrato por falta de pagamento do prémio fica sujeita às disposições legais e contratuais aplicáveis.
3. Após uma sucessão de sinistros, o Segurador pode proceder à resolução do contrato nos termos da lei.
4. Para efeitos do disposto no número anterior, presume-se que há sucessão de sinistros quando ocorram 2 sinistros num período de 12 meses ou, sendo o seguro anual, no decurso da anuidade.
5. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do próprio dia em que se verifique.
6. Existindo privilégio creditório sobre os bens seguros, o Segurador obriga-se a comunicar a resolução do contrato, por escrito, ao credor expressamente identificado nas Condições Particulares, com a antecedência mínima de 15 dias em relação à data em que a mesma produz efeitos, ou até 20 dias após a não renovação ou a resolução por falta de pagamento do prémio.

ARTIGO 8º

DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O Tomador do Seguro e o Segurado estão obrigados, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheçam e razoavelmente devam ter por significativas para a apreciação do risco pelo Segurador.

2. O disposto no nº 1 é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário fornecido pelo Segurador.
3. Em caso de incumprimento doloso do disposto no nº 1, o contrato é anulável, nos termos e com as consequências previstas na lei.
4. Em caso de incumprimento com negligência do disposto no nº 1, o Segurador pode optar pela cessação ou alteração do contrato, nos termos e com as consequências previstas na lei.

ARTIGO 9º**TRANSMISSÃO DE DIREITOS**

1. No caso de venda ou transmissão de propriedade dos bens seguros ou de interesses do Segurado nos mesmos, é indispensável, para que o Segurador fique obrigado para com o novo proprietário ou interessado, que essa transferência lhe seja previamente comunicada pelo Tomador do Seguro ou pelo Segurado, bem como que o Segurador concorde com a manutenção do contrato e emita a respetiva ata adicional.
2. Se a transmissão da propriedade dos bens seguros decorrer do falecimento do Segurado, a responsabilidade do Segurador subsistirá para com os seus herdeiros enquanto forem pagos os respetivos prémios.
3. No caso de insolvência do Segurado, a responsabilidade do Segurador subsistirá para com a massa falida, pelo prazo de 60 dias, sem prejuízo do regime de agravamento de risco, prazo este findo o qual o contrato cessará os seus efeitos, salvo convenção em contrário entre as partes.

ARTIGO 10º**SEGURO DE BENS EM USUFRUTO**

1. Salvo convenção em contrário constante das Condições Particulares, o seguro de bens em regime de usufruto considera-se efetuado em proveito comum do proprietário e do usufrutuário, ainda que haja sido contratado isoladamente por qualquer deles, entendendo-se, a todo o tempo da vigência do contrato, que ambos os interessados contribuíram para o pagamento dos prémios.
2. Em caso de sinistro, a indemnização será paga mediante recibo por eles assinado conjuntamente.

ARTIGO 11º**COEXISTÊNCIA DE CONTRATOS**

1. O Tomador do Seguro e o Segurado ficam obrigados a comunicar ao Segurador, logo que disso tomem conhecimento, bem como aquando da participação de sinistro, da existência de mais de um seguro relativo ao mesmo risco.
2. Existindo à data do sinistro mais de um contrato de seguro com o mesmo objeto e garantia, o presente contrato funcionará nos termos previstos na lei.

ARTIGO 12º**PAGAMENTO DO PRÉMIO**

1. O prémio ou fração inicial é devido na data da celebração do contrato. A falta de pagamento do prémio inicial ou da primeira fração deste, na data de vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. Os prémios ou frações seguintes são devidos nas datas estabelecidas na apólice.
3. Nos termos da lei, o Segurador avisará o Tomador do Seguro, por escrito, até 30 dias antes da data em que os prémios ou frações seguintes são devidos. Se, porém, tiver sido acordado o pagamento do prémio em frações com periodicidade inferior à trimestral, o Segurador pode optar por não enviar o referido aviso, fazendo, nesse caso, constar de documento contratual as datas de vencimento das frações, os seus montantes e as consequências da falta de pagamento.
4. A falta de pagamento do prémio de uma anuidade subsequente ou da 1ª fração deste na data em que é devido, impede a prorrogação

do contrato, pelo que este não se renovará. A falta de pagamento de qualquer outra fração do prémio na data em que é devida, determina a resolução automática e imediata do contrato nessa mesma data.

5. A falta de pagamento, na data indicada no aviso, de um prémio adicional, desde que este decorra de um pedido do Tomador do Seguro para alteração da garantia que não implique agravamento do risco, determinará que a alteração fique sem efeito, mantendo-se as condições contratuais em vigor anteriormente àquele pedido, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.
6. A falta de pagamento, na data indicada no aviso, de um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco, determina a resolução automática do contrato nessa data.
7. Caso o presente contrato seja celebrado a prémio variável, será emitido um prémio provisório, mínimo não estornável, sendo o valor do prémio definitivo apurado, no final de cada anuidade, pagando o Tomador do Seguro a diferença entre este valor e o prémio provisório.

ARTIGO 13º**ESTORNO DO PRÉMIO**

Quando por força de modificação ou resolução do contrato, houver lugar, nos termos da lei, a estorno ou reembolso do prémio, este será calculado nos seguintes termos:

- a) Se a iniciativa for do Segurador, este devolverá ao Tomador do Seguro uma parte do prémio calculado proporcionalmente ao período de tempo não decorrido até à data do vencimento;
- b) Se a iniciativa for do Tomador do Seguro, o Segurador devolverá ao Tomador do Seguro uma parte do prémio calculado proporcionalmente ao período de tempo não decorrido até à data do vencimento, deduzida do custo de emissão da apólice;
- c) Quando, no decurso de uma mesma anuidade, ocorrer um ou mais sinistros, para efeito de cálculo do prémio a devolver, atender-se-á apenas à parte do capital seguro que exceda o valor global das indemnizações devidas pelo Segurador.

ARTIGO 14º**ALTERAÇÃO DO PRÉMIO**

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prémio aplicável ao contrato apenas poderá efetivar-se no vencimento anual seguinte.

ARTIGO 15º**AGRAVAMENTO DO RISCO**

1. O Tomador do Seguro e o Segurado obrigam-se, no prazo de 14 dias a partir do conhecimento dos factos, a comunicar por escrito, ao Segurador, todas as alterações do risco que agravem a responsabilidade por este assumida.
2. A falta de comunicação referida no número anterior tem as consequências previstas na lei.
3. O Segurador dispõe de 30 dias a contar da data em que tenha conhecimento do agravamento do risco para:
 - a) Apresentar ao Tomador do Seguro uma proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;
 - b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

ARTIGO 16º**OBRIGAÇÕES DO SEGURADOR**

1. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, deverão ser efetuadas pelo Segurador com prontidão e diligência, sob pena de esta responder por perdas e danos.

2. A indemnização deve ser paga logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à fixação do montante dos danos, sem prejuízo de pagamentos por conta, sempre que se reconheça que devem ter lugar.
3. Se decorridos 30 dias, o Segurador, de posse de todos os elementos indispensáveis à reparação dos danos ou ao pagamento da indemnização acordada, não tiver realizado essa obrigação, por causa não justificada ou que lhe seja imputável, incorrerá em mora, vencendo a indemnização juros à taxa legal em vigor.

ARTIGO 17º**OBRIGAÇÕES DO SEGURADO**

1. Constituem obrigações do Segurado, sob pena de responder por perdas e danos:
 - a) Manter os bens seguros em permanente bom estado de conservação e funcionamento;
 - b) Não utilizar os bens seguros para além das suas capacidades técnicas;
 - c) Cumprir e fazer cumprir as regras e normas técnicas e de segurança, regulamentos legais, especificações ou recomendações dos fabricantes ou montadores e as cláusulas deste contrato.
2. Em caso de sinistro, o Segurado, obriga-se a:
 - a) Participar tal facto, por escrito, ao Segurador, no mais curto prazo possível, nunca superior a 8 dias a contar da data do dia da ocorrência ou do dia em que tenham conhecimento da mesma;
 - b) Empregar os meios ao seu alcance para reduzir ou evitar o agravamento dos prejuízos decorrentes do sinistro e salvar os bens seguros, sendo indemnizadas pelo Segurador as despesas que o Segurado tiver que efetuar para o cumprimento desta obrigação, desde que proporcionadas em relação ao valor dos bens salvados e desde que essa importância, acrescida da indemnização, não exceda o montante do valor seguro para cada bem sinistrado. Quando o Segurador apenas tiver que indemnizar uma parte dos danos causados pelo sinistro, as despesas de salvamento serão reduzidas na mesma proporção da indemnização devida;
 - c) Não remover ou alterar, nem consentir que sejam removidos ou alterados, quaisquer vestígios do sinistro, sem acordo prévio do Segurador;
 - d) Não iniciar qualquer reparação, nem assumir qualquer responsabilidade, sem o acordo prévio do Segurador, salvo tratando-se de pequenas reparações, mantendo em seu poder, no entanto, as peças substituídas, para serem examinadas pelo Segurador;
 - e) Apresentar queixa às autoridades competentes em caso de furto ou roubo, fornecendo ao Segurador documento comprovativo;
 - f) Fornecer ao Segurador todas as provas solicitadas, bem como todos os relatórios ou outros documentos que possua ou venha a obter;
 - g) Prover à guarda, conservação e beneficiação dos salvados.
3. O Segurado responderá, ainda, por perdas e danos, se:
 - a) Agravar, voluntariamente, as consequências do sinistro ou dificultar, intencionalmente, o salvamento dos bens seguros;
 - b) Subtrair, sonegar, ocultar ou alienar os salvados;
 - c) Impedir, dificultar ou não colaborar com o Segurador no apuramento da causa do sinistro ou na conservação, beneficiação ou venda de salvados;
 - d) Não adotar as medidas de segurança recomendadas pelo Segurador para prevenir a ocorrência de novos sinistros ou agravamento dos danos já existentes nos bens seguros;
 - e) Não avisar o Segurador, logo que possível, da recuperação do todo ou de parte dos bens furtados ou roubados, independentemente da data em que tal aconteça.

ARTIGO 18º**INSPEÇÃO DO RISCO**

1. O Segurador pode mandar inspecionar, por representante credenciado e mandatado, os bens seguros e verificar se são cumpridas as condições contratuais, obrigando-se o Segurado a fornecer as informações que lhe forem solicitadas.
2. A recusa injustificada do Segurado ou de quem o represente, em permitir o uso da faculdade mencionada, confere ao Segurador o direito de proceder à resolução do contrato, mediante notificação por escrito, com uma antecedência mínima de 15 dias.

ARTIGO 19º**CAPITAL SEGURO**

1. A responsabilidade do Segurador é sempre limitada às importâncias máximas fixadas nas Condições Particulares.
2. A determinação do capital seguro é sempre da responsabilidade do Tomador do Seguro e deve corresponder, para cada bem, ao seu Valor de Substituição, à data do sinistro, por bens novos com as mesmas características e rendimento.
3. Para efeito do número anterior, considera-se como Valor de Substituição o valor corrente no mercado, não considerando quaisquer descontos ou reduções de preço, que seria necessário pagar, imediatamente antes do sinistro, para substituir o bem seguro danificado ou destruído por um bem novo do mesmo tipo, marca e modelo, acrescido dos custos de transporte, montagem, impostos (exceto IVA, quando puder ser deduzido pelo Segurado) e despesas alfandegárias. Caso não exista disponível no mercado um bem com as mesmas características, tipo e modelo do bem seguro, considerar-se-á o valor de compra de um bem substituto, tão idêntico quanto possível ao bem seguro.
4. Compete ao Tomador do Seguro ou ao Segurado informar o Segurador sempre que haja alterações que justifiquem atualização do capital seguro.

ARTIGO 20º**INSUFICIÊNCIA OU EXCESSO DE CAPITAL**

1. Salvo convenção em contrário constante das Condições Particulares, se o capital seguro pelo presente contrato for, na data do sinistro, inferior ao determinado nos termos do Artigo anterior, o Segurado responde por uma parte proporcional dos prejuízos, como se fosse Segurador do excedente. Sendo, pelo contrário, o capital seguro superior, o seguro só é válido até à concorrência dos montantes determinados pelos critérios previstos no Artigo anterior.
2. Segurando-se diversos bens por quantias e verbas designadas separadamente, os preceitos do número anterior são aplicáveis a cada uma delas, como se fossem seguros distintos.

ARTIGO 21º**REDUÇÃO AUTOMÁTICA DO CAPITAL SEGURO**

Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro ficará, até ao vencimento do contrato, automaticamente reduzido do montante correspondente ao valor da indemnização atribuída, podendo o Tomador do Seguro propor a reposição do capital seguro.

ARTIGO 22º**DETERMINAÇÃO DO VALOR DA INDEMNIZAÇÃO**

1. Em caso de sinistro, ainda que o seguro produza efeitos a favor de terceiros, a avaliação dos bens seguros e dos respetivos danos será efetuada entre o Segurado e o Segurador, observando-se os critérios estabelecidos no Artigo 19º para a determinação do capital seguro e o disposto nos números seguintes.
2. O Segurador não indemnizará a diferença para mais, ou agravamento, que possa advir no custo da reparação ou reconstrução dos bens seguros, em consequência de modificações a fazer nas características da sua construção.
3. Ao montante indemnizatório será deduzido o valor dos salvados que fiquem em poder do Segurado.
4. Caso se verifique, à data do sinistro, insuficiência ou excesso de capital seguro, aplicar-se-á o disposto no Artigo 20º.

ARTIGO 23º**FORMA DE PAGAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO**

1. O Segurador reserva-se a faculdade de pagar a indemnização em dinheiro ou de substituir, repor, reparar ou reconstruir os bens seguros.

- Quando o Segurador optar por não indenizar em dinheiro, o Segurado deverá, sob pena de responder por perdas e danos, prestar-lhe a colaboração que seja razoável e abster-se de quaisquer atos impeditivos ou que dificultem desnecessariamente os trabalhos para tais fins.
- Quando os danos sofridos pelos bens seguros puderem ser reparados, o Segurador, até ao limite do respetivo capital seguro, indemnizará o Segurado pelas despesas necessárias à reposição dos bens seguros nas mesmas condições em que se encontravam imediatamente antes do sinistro, acrescidas das despesas decorrentes dos trabalhos de desmontagem e montagem, de fretes ou despesas alfandegárias, se as houver. Contudo, a indemnização só abrangerá o custo de horas extraordinárias, trabalho noturno e trabalho em dias feriados e domingos, se tiver sido contratada a **Condição Especial 003 - Despesas Adicionais por Trabalho Extraordinário**, bem como só abrangerá despesas com frete expresso ou frete aéreo, se tiver sido contratada a **Condição Especial 004 - Despesas Adicionais por Fretes Especiais**.
- Verificando-se dificuldade na obtenção de preços ou de peças necessárias para a reparação dos bens seguros, o Segurador indemnizará o Segurado pelo valor constante no último preço do respetivo fornecedor ou fabricante, para uma unidade com as mesmas características e rendimento.
- O Segurador apenas suportará o custo de reparações provisórias quando estas integrem a reparação definitiva e não aumentem o custo final desta reparação.
- Salvo disposição em contrário constante das Condições Particulares, quando o custo da reparação do bem seguro exceder o seu Valor Atual deduzido do valor dos salvados, o Segurador indemnizará o Segurado pelo referido Valor Atual do bem deduzido dos salvados.

ARTIGO 24°**FRANQUIA**

Se, em consequência do mesmo sinistro, ocorrerem danos em mais de um bem seguro, o Segurado apenas suportará o valor da franquia mais elevada de entre as aplicáveis aos bens seguros danificados.

ARTIGO 25°**PAGAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO A CREDITORES**

- Quando a indemnização for paga a credores hipotecários, pignoratícios ou outros em favor dos quais o seguro tenha sido celebrado, o Segurador poderá exigir-lhes, se assim o entender, ainda que o contrato tenha sido por eles efetuado e em seu próprio benefício, que o pagamento se faça em termos que validamente permitam o distrato ou a exoneração da dívida na parte relativa ao valor indemnizado.
- A faculdade referida no número anterior não constitui uma obrigação para o Segurador, nem implica para ela qualquer responsabilidade.

ARTIGO 26°**SUB-ROGAÇÃO**

- O Segurador, uma vez paga a indemnização, fica sub-rogado, até à concorrência da quantia indemnizada, em todos os direitos do Segurado contra terceiro responsável pelos prejuízos, obrigando-se o Segurado a praticar o que necessário for para efetivar esses direitos.
- O Segurado responderá por perdas e danos por qualquer ato ou omissão voluntária que possa impedir ou prejudicar o exercício desses direitos.

ARTIGO 27°**COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES**

- As comunicações e notificações do Tomador do Seguro ou do Segurado previstas nesta apólice consideram-se válidas e plenamente eficazes caso sejam efetuadas por escrito ou por outro meio do qual fique registo duradouro para a sede social do Segurador.
- Todavia, a alteração de morada ou de sede do Tomador do Seguro ou do Segurado deve ser comunicada ao Segurador nos 30 dias subsequentes à data em que se verifiquem, sob pena das comunicações ou notificações que o Segurador venha a efetuar para a morada desatualizada se terem por válidas e eficazes.

- As comunicações e notificações do Segurador previstas nesta apólice consideram-se válidas e plenamente eficazes caso sejam efetuadas por escrito, ou por outro meio do qual fique registo duradouro, para a última morada do Tomador do Seguro ou do Segurado constante do contrato, ou, entretanto, comunicada nos termos previstos no número anterior.

ARTIGO 28°**LEI APLICÁVEL**

A lei aplicável ao presente contrato é a portuguesa.

ARTIGO 29°**ARBITRAGEM E FORO COMPETENTE**

- Todas as divergências que possam surgir em relação à validade, interpretação, execução e incumprimento deste contrato de seguro podem ser resolvidas por meio de arbitragem, nos termos da respetiva lei em vigor.
- O foro competente para dirimir qualquer litígio emergente deste contrato é o do local da emissão da apólice, sem prejuízo do estabelecido na lei processual civil no que respeita à competência territorial em matéria de cumprimento de obrigações.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Ao presente contrato de seguro apenas são aplicáveis as Condições Especiais que, de entre as seguintes, estejam expressamente identificadas nas Condições Particulares da apólice através do número que antecede as respetivas designações.

001 - FENÓMENOS SÍSMICOS**ARTIGO 1º****DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS**

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas Casco.

ARTIGO 2º**ÂMBITO DA GARANTIA**

1. A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, os danos causados aos bens seguros em consequência da ação direta de sismos, maremotos, erupções vulcânicas e fogo subterrâneo, bem como de incêndio resultante destes fenómenos.
2. Constituem um único sinistro, todos os danos ocorridos durante as 72 horas que se seguem ao momento em que se verifiquem os primeiros danos nos bens seguros.

002 - TRANSPORTE TERRESTRE**ARTIGO 1º****DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS**

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas Casco.

ARTIGO 2º**ÂMBITO DA GARANTIA**

1. A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, os danos materiais causados aos bens seguros durante o seu transporte terrestre, por veículo adequado, pertencente ao próprio Segurado ou a terceiros, em consequência de:
 - a) Incêndio e/ou explosão ocorridos no veículo transportador;
 - b) Choque, colisão ou capotamento do veículo transportador;
 - c) Operações de carga e descarga, desde que tenham sido observadas as medidas de prevenção e segurança apropriadas.
2. A presente garantia também abrange despesas de salvamento e despesas extraordinárias de descarga e/ou outras despesas que sejam absolutamente necessárias para evitar ou atenuar os prejuízos resultantes de sinistro abrangido pela presente garantia, desde que o ressarcimento dessas despesas não seja da responsabilidade da entidade transportadora.
3. As garantias desta Condição Especial abrangem, exclusivamente, os sinistros ocorridos quando tenham sido integralmente cumpridas as normas relativas ao transporte de carga previstas no Código da Estrada, em Regulamentos ou Posturas Municipais e em quaisquer determinações de Autoridades Públicas, Locais ou Municipais.

003 - DESPESAS ADICIONAIS POR TRABALHO EXTRAORDINÁRIO**ARTIGO 1º****DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS**

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas Casco.

ARTIGO 2º**ÂMBITO DA GARANTIA**

A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento de despesas adicionais em consequência de danos materiais cobertos pelo presente contrato, quando resultem de:

- a) Horas extraordinárias;
- b) Trabalho noturno;
- c) Trabalho em dias feriados e domingos.

§ Único: Quando o capital seguro para os bens objeto deste contrato se mostrar insuficiente, aplicar-se-á também às despesas abrangidas pela presente Condição Especial o disposto no Artigo 20º das Condições Gerais.

004 - DESPESAS ADICIONAIS POR FRETES ESPECIAIS**ARTIGO 1º****DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS**

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas Casco.

ARTIGO 2º**ÂMBITO DA GARANTIA**

A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento de despesas adicionais em consequência de danos cobertos pelo presente contrato, quando resultem de frete expresso e frete aéreo.

§ Único: Quando o capital seguro para os bens objeto deste contrato se mostrar insuficiente, aplicar-se-á também às despesas abrangidas pela presente Condição Especial o disposto no Artigo 20º das Condições Gerais.

005 - GREVES, TUMULTOS E ALTERAÇÕES DA ORDEM PÚBLICA**ARTIGO 1º****DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS**

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas Casco.

ARTIGO 2º**ÂMBITO DA GARANTIA**

A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento de indemnizações devidas pelas perdas ou danos diretamente causados aos bens seguros, em consequência de:

- a) Atos ou omissões de pessoas que tomem parte em greves, lock-out, distúrbios no trabalho, tumultos, motins e alterações da ordem pública;
- b) Atos praticados por qualquer autoridade legitimamente constituída, em virtude de medidas tomadas por ocasião das ocorrências mencionadas na alínea anterior, para salvaguarda ou proteção de pessoas e bens.

ARTIGO 3º**EXCLUSÕES ESPECÍFICAS**

Para além das situações previstas no Artigo 4º das Condições Gerais, a garantia desta Condição Especial não abrange as perdas ou danos resultantes de:

- a) Cessaçao total ou parcial dos trabalhos ou atraso, interrupção ou suspensão de qualquer processo ou operação;
- b) Expropriação, confiscação, apropriação ou requisição levada a efeito por qualquer autoridade pública. Contudo, o Segurador não fica exonerado da sua responsabilidade perante o Segurado relativamente aos danos materiais sofridos pelos bens seguros que tenham ocorrido antes dos factos acima referidos;
- c) Furto ou roubo diretamente relacionado com os riscos cobertos por esta Condição Especial.

006 - ATOS DE VANDALISMO**ARTIGO 1º****DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS**

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas Casco.

ARTIGO 2º**ÂMBITO DA GARANTIA**

A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento de indemnizações devidas pelas perdas ou danos diretamente causados aos bens seguros, em consequência de:

- Atos de vandalismo;
- Atos praticados por qualquer autoridade legitimamente constituída, por ocasião da ocorrência de atos de vandalismo, para salvaguarda ou proteção de pessoas e bens.

ARTIGO 3º**EXCLUSÕES ESPECÍFICAS**

Para além das exclusões previstas no Artigo 4º das Condições Gerais, a garantia desta Condição Especial não abrange as perdas ou danos resultantes de:

- Cessaçã total ou parcial dos trabalhos ou atraso, interrupção ou suspensão de qualquer processo ou operação;
- Expropriação, confiscação, apropriação ou requisição, por imposição do poder público;
- Furto ou roubo diretamente relacionado com os riscos cobertos por esta Condição Especial.

007 - LABORAÇÃO DE MÁQUINAS INSTALADAS EM PLATAFORMAS FLUTUANTES OU EMBARCAÇÕES**ARTIGO 1º****DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS**

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas Casco.

ARTIGO 2º**ÂMBITO DA GARANTIA**

- A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento de indemnizações devidas pelas perdas ou danos nos bens seguros, quando estes estejam instalados e a trabalhar em plataformas flutuantes ou em quaisquer embarcações.
- A presente garantia também abrange despesas realizadas com salvamento, remoção de terras e limpeza, executados durante as operações de recuperação dos bens seguros sinistrados, até ao limite de 10% do seu valor seguro.

ARTIGO 3º**EXCLUSÕES ESPECÍFICAS**

Para além das situações previstas no Artigo 4º das Condições Gerais, a garantia desta Condição Especial não abrange as perdas ou danos nos bens seguros resultantes de afundamento ou encalhe da plataforma flutuante ou da embarcação.

008 - LABORAÇÃO DE MÁQUINAS INSTALADAS EM GALERIAS, OBRAS SUBTERRÂNEAS OU ESCAVAÇÃO DE TÚNEIS**ARTIGO 1º****DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS**

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas Casco.

ARTIGO 2º**ÂMBITO DA GARANTIA**

- A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento de indemnizações devidas pelas perdas ou danos verificados nos bens seguros, quando estes sejam utilizados em galerias, obras subterrâneas e escavação de túneis, ainda que tais perdas ou danos resultem de colapso das galerias ou túneis, bem como de submersão em águas subterrâneas.
- A presente garantia também abrange as despesas realizadas com salvamento, remoção de terras e limpeza, executados durante as operações de recuperação dos bens seguros sinistrados, até ao limite de 10% do seu valor seguro.

009 - DESPESAS COM REMOÇÃO DE DESTROÇOS**ARTIGO 1º****DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS**

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas Casco.

ARTIGO 2º**ÂMBITO DA GARANTIA**

A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento de despesas com a remoção de destroços que sejam consequência direta de sinistro coberto pelo contrato.

010 - RESPONSABILIDADE CIVIL LABORAÇÃO**ARTIGO 1º****DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS**

Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Máquinas Casco.

ARTIGO 2º**ÂMBITO DA GARANTIA**

- A presente garantia abrange, dentro dos limites fixados nas Condições Particulares, o pagamento de indemnizações devidas que, em conformidade com a legislação em vigor, sejam exigidas ao Segurado, dentro dos limites do capital seguro, a título de reparação civil extracontratual, em consequência de danos resultantes de lesões corporais e/ou materiais causados a Terceiros em virtude de acidente enquanto a Apólice estiver em vigor e desde que este seja provocado pelo objeto seguro no local do risco e durante o período de seguro.
- A presente garantia cobre os danos causados a terceiros que ocorram em operações de laboração em espaços que não sejam qualificáveis, nem como vias públicas nem como vias privadas abertas ao trânsito público. Garante também os danos decorrentes de acidentes na via pública ou em vias privadas equiparadas, quando não esteja em causa uma manobra típica da função circulante.

ARTIGO 3º**EXCLUSÕES ESPECÍFICAS**

Para além das exclusões previstas no Artigo 4º das Condições Gerais, a garantia desta Condição Especial não abrange:

- Os danos decorrentes de lesões corporais causados ao Tomador do Seguro e/ou Segurado, seus familiares, sócios ou pessoas que para ele trabalhem ao abrigo de contrato de prestação de serviços assim como perda e/ou danos em objetos que lhes pertençam ou estejam à sua responsabilidade;
- Os danos aceites por acordo celebrado pelo Segurado sem o consentimento do Segurador, que excedam aquilo a que este estaria legalmente obrigado a indemnizar;

3. As indenizações por montantes superiores aos estabelecidos nas Condições Particulares como capitais seguros;
 4. Os danos relativos à ocorrência de riscos garantidos pelo Seguro obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel;
 5. Os danos provocados às obras que fazem parte da(s) empreitada(s) a cargo do Tomador do Seguro ou do Segurado e na qual os objetos seguros são utilizados, ou a outros bens patrimoniais propriedade do Tomador do Seguro e/ou do Segurado, no local de laboração da máquina segura;
 6. Os danos provocados a estruturas existentes, edifícios e terrenos vizinhos caso estes não se encontrassem em condições satisfatórias de conservação e não tenham sido tomadas as necessárias medidas de prevenção e segurança para a proteção dos mencionados bens;
- Fica igualmente acordado que:
- Se durante a execução dos trabalhos for necessário tomar medidas adicionais de segurança, as despesas incorridas com tais medidas não são indenizáveis pela Apólice;
 - Ficam igualmente excluídas de cobertura pela apólice as fissuras e/ou fendas que não diminuam a estabilidade das estruturas, edifícios e/ou terrenos, nem a segurança dos que dela fazem uso;
7. As perdas ou danos provocados a cabos, tubagens e/ou outros serviços subterrâneos existentes, se antes do início dos trabalhos o Tomador do Seguro e/ou Segurado não se tenha certificado junto das autoridades e/ou entidades competentes acerca da localização desses cabos, tubagens e/ou outros serviços subterrâneos e/ou não tenha executado valas de sondagem para a sua deteção e não tenha tomado todas as medidas necessárias para evitar danos aos mesmos.
 8. Exclui-se desta cobertura quaisquer multas, perdas indiretas e perdas de receitas ou outras perdas de exploração e os danos indiretos.

ARTIGO 4º

CAPITAL SEGURO

O valor indenizável por esta condição especial não poderá exceder o montante fixado nas Condições Particulares durante o período de vigência da apólice, salvo acordo expresso em contrário.

ARTIGO 5º

INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL

1. Quando contratada esta condição especial, em caso de coexistirem vários lesados pelo mesmo sinistro e o montante dos danos exceder o capital seguro indicado nas Condições Particulares e sem prejuízo do disposto no Artigo 21º, a responsabilidade do Segurador relativamente a cada um deles reduzir-se-á proporcionalmente em relação ao montante dos respetivos danos sofridos, até à concorrência desse capital.
2. Se o Segurador, de boa fé e por desconhecimento da existência de outras pretensões, tiver liquidado a um lesado uma indemnização de valor superior à que lhe competiria, nos termos do número anterior, não fica obrigada para com os outros lesados senão até à concorrência da parte restante do capital seguro.

ARTIGO 6º

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DO SEGURO E DO SEGURADO

Em caso de sinistro garantido ao abrigo desta condição especial, constituem obrigações do Tomador do Seguro e do Segurado, sob pena de responderem por perdas e danos:

1. Comunicar ao Segurador o mais breve possível e por escrito no prazo máximo de 8 dias. A participação deverá mencionar todas as causas e circunstâncias suscetíveis de determinar a responsabilidade do sinistro, assim como os nomes e domicílios das vítimas e de eventuais testemunhas e ser acompanhada de todos os documentos relativos ao sinistro, que o Tomador do Seguro e/ou Segurado possuam;
2. Comunicar ao Segurador no prazo máximo de 8 dias a existência de qualquer processo de natureza civil ou criminal contra eles instaurados,

mesmo que já tenham participado o acidente, assim como qualquer pedido de indemnização formulado pelo lesado. Idêntica obrigação subsistirá em caso de arresto ou produção antecipada de provas;

3. Confiar ao Segurador, em caso de sinistro a coberto da apólice, a direção do processo civil contra eles instaurado, passando procuração aos advogados e solicitadores por esta designados, com eles colaborando e prestando todas as informações que lhes forem solicitadas;
4. Não transacionar no todo ou em parte, nem de modo algum entrar em contacto com o lesado para a regularização do sinistro, sem autorização do Segurador;
5. Tentar minimizar as consequências de qualquer sinistro que ocorra e, no caso de danos decorrentes de lesões corporais, prestar imediata assistência ao lesado.

011 - ATUALIZAÇÃO CONVENCIONADA DE CAPITALS

1. Fica expressamente convencionado que o capital seguro pela presente apólice, constante das Condições Particulares, será automaticamente atualizado, em cada vencimento anual, pela aplicação da percentagem indicada para esse efeito nas Condições Particulares.
2. O capital atualizado constará do recibo de prémio correspondente, relativo à anuidade seguinte.
3. O estipulado nesta Cláusula não dispensa o Tomador do Seguro de proceder a convenientes revisões do capital seguro, quer por reavaliação dos bens seguros, benfeitorias ou beneficiações, quer pela inclusão de novos bens.
4. Relativamente aos riscos seguráveis por Condição Especial, a atualização prevista apenas não é aplicável **nas Condições Especiais números 003 e 004**.
5. O Tomador do Seguro pode renunciar à atualização estabelecida nesta Condição Especial, desde que o comunique ao Segurador com a antecedência mínima de 60 dias em relação ao vencimento anual da apólice.